

# República Velha- Economia

História do Brasil – João Pedro R. dos Santos

Quando o movimento republicano chegou ao poder tinha por objetivo a modernização da vida política, econômica e social do País. Denunciava a monarquia como velha e atrasada, apregoando a república como o novo e moderno. Buscava transformar o súdito em cidadão e desenvolver a indústria. Mas, se por um lado, vários aspectos da economia se alteraram (como o surto industrial da Primeira Guerra), por outro lado o Brasil manteve um forte traço conservador na área rural

As iniciativas oficiais de industrialização ocorreram no período chamado “república da espada” (1889-1894), durante os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. No entanto, estas iniciativas não vingaram, seja pelos seus próprios defeitos (como o Encilhamento do ministro Rui Barbosa), seja pela forte oposição do Congresso, dominado pelos interesses agraristas.

Quando finalmente os fazendeiros se tornaram presidentes da república (“república dos coronéis”), a política econômica foi abertamente agro-exportadora. O Convênio de Taubaté, sustentado por verbas estatais, foi o auge da política de defesa do café, constituída por três medidas: compra da colheita pelo governo a preço fixo, estoques oficiais e estatização dos prejuízos.

O resultado desta política não foi positivo para as contas do governo, além de provocar nova onda de superprodução. O ciclo da borracha (1870-1910) contribuiu para minorar os efeitos negativos da valorização do café. Estimulado pelo crescente consumo industrial, a atividade extrativista da Amazônia foi beneficiada pelo fato da seringueira ser uma planta nativa da região. Com mão-de-obra formada, em sua maioria, por migrantes nordestinos, tratados muitas vezes como escravos, a borracha gerou fortunas em Manaus, simbolizadas pelo seu Teatro. A decadência deste ciclo foi causada pela concorrência da produção asiática.

As demais atividades agrárias passaram por crises sucessivas, neste período, contribuindo para a dependência dos grandes fazendeiros em relação ao governo federal.

Mesmo sem qualquer iniciativa governamental, a indústria viveu um surto de crescimento, devido ao retraimento das economias européias na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A ausência dos produtos europeus abriu espaço para os nacionais. O surto industrial teve as seguintes características: substituição de importações no setor de bens de consumo não-duráveis; uso de capital privado nacional; ausência de planejamento estatal; concentração no eixo Rio-S. Paulo.

Antes da Primeira Guerra, a produção industrial ainda não se concentrava em São Paulo, já que 85% achava-se em outros estados. O surto da Guerra, porém, utiliza recursos financeiros dos grandes fazendeiros de café que, neste período, possuíam metade de todo o café consumido no mundo.

“Ora, tal situação garantia o ingresso de vultuosas rendas para a economia local, ampliando assim o mercado consumidor e as fontes de renda para o investimento fabril. Os paulistas dispunham ainda de outras vantagens (...). Uma delas foi ter recebido milhões de imigrantes europeus, que competiam com os ex-escravos no mercado de trabalho”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> “Os fazendeiros industriais”, In Del Priore, Mary. O Livro de Ouro da História do Brasil, 2001, pág 297